INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR

CURSO DE BACHAREL EM PSICOLOGIA

Cibelly Pereira Pires

Fabiana Teodoro Ferreira

Moneffer Brenda Soares

Morgana de Sousa Campos Vasconcelos

PROJETO DE INTERVENÇÃO: GRUPO REFLEXIVO “EU SOU PORQUE NÓS SOMOS”

Itumbiara,Outubro de 2022

Cibelly Pereira Pires

Fabiana Teodoro Ferreira

Moneffer Brenda Soares

Morgana de Sousa Campos Vasconcelos

**PROJETO DE INTERVENÇÃO: GRUPO REFLEXIVO “EU SOU PORQUE NÓS SOMOS”**

Projeto apresentado como quesito parcial para obtenção de nota na disciplina de Psicologia e Contextos Institucionais, conduzida pela Professora: Susana Medeiros Ramos, no curso de Psicologia.

Itumbiara, Outubro de 2022

1. **INTRODUÇÃO**

Segundo Malfitano e Silva (2014), diariamente, crianças e adolescentes vêm sendo submetidos, em seus próprios lares, a condições que trazem riscos e prejuízos a seu desenvolvimento, isso inclui todos os tipos de violência doméstica e outros fatores de risco, tais como a violência física, psicológica, negligência, abandono, prostituição infantil, falta de higiene e outros, tornando a realidade da infância em nosso país um desafio a ser enfrentado pela sociedade.

De acordo com os autores, há inúmeras evidências acerca do impacto da privação material e afetiva no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Diante disso, constata-se que muitos deles chegam às instituições de abrigo com comprometimentos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais. Nesse sentido, a inclusão em ambientes atentos às suas singularidades demonstra que tais dificuldades podem ser minimizadas para que floresçam potencialidades e resiliências. Isso leva a pensar que o afastamento familiar imposto pela institucionalização pode ser compensado por interações de qualidade no espaço institucional.

As pesquisas mais clássicas na área da Psicologia da Infância sustentam a importância das relações primárias, assim como as consequências para a criança quando elas inexistem ou são insatisfatórias. Insegurança, ansiedade, angústia e depressão são alguns dos reflexos citados como possíveis consequências das já referidas relações frustradas que poderão acompanhar o indivíduo durante todo o seu ciclo vital. As relações que o indivíduo estabelecerá em sua vida adulta, de acordo com a teoria do apego, estarão diretamente vinculadas às internalizações que ele estabeleceu com as figuras cuidadoras. “O apego é a base para a identificação e a determinação de relações duradouras e mútuas, que são a base para a formação de uma rede de apoio social” (ALEXANDRE & VIEIRA, 2004. p. 208).

Marzol (2009), ao se fazer referência aos cuidadores de instituições de abrigo, supõe indivíduos com necessidades próprias atuando em um contexto complexo onde se confrontam diariamente com problemas que solicitam tomadas de decisões imediatas. Desse modo, a supervisão deve ser, antes de tudo, continente com os anseios, dúvidas e frustrações desses profissionais, para tornar suas atividades mais prazerosas e qualificadas, dando condições para que se realizem trabalhos em equipe, nos quais cada membro possa ser fonte de apoio para o grupo e também receber um apoio recíproco e equivalente. Além disso, a falta de formação intelectual especializada e o despreparo emocional podem vir a comprometer ações mais efetivas e eficientes por parte dos cuidadores.

Dessa forma, almeja-se trazer luz ao papel do cuidador, das crianças/adolescentes institucionalizados e dos dirigentes das instituições. No presente estudo, como coleta de informações, foram realizadas visitas a instituição e entrevista com as cuidadoras de um abrigo localizado na região de Itumbiara, Goiás. Através das entrevistas foram extraídos dois eixos temáticos, sendo eles: definição de conhecimento da função e o que ela implica dentro da instituição pela ótica das cuidadoras e o acolhimento do cuidador dentro da sua subjetividade.

# PROBLEMA

Durante as visitas e entrevistas realizadas com as educadoras/cuidadoras no abrigo S.N., foi percebido a falta de conhecimento acerca da real função que cada uma das funcionárias devem desempenhar dentro da instituição, bem como as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos que vão bem além dos cuidados básicos.

Outra carência percebida foi em relação a necessidade de acolhimento às cuidadoras, em relação ao emocional que muitas vezes é abalado diante de tantos relatos e experiências vividas dentro e fora da instituição.

De acordo com as demandas apresentadas, percebe-se a necessidade de intervir no que se refere ao conhecimento das funções desempenhadas por cada uma das funcionárias da instituição, trazendo temas a serem discutidos juntos às educadoras/cuidadoras a respeito do seu papel e da forma como esse trabalho afeta não só as crianças e adolescentes acolhidos, como também a vida particular de cada um dos envolvidos neste processo. Diante dessa problemática, a atuação requer um olhar diferenciado da equipe que trabalha junto a elas, com o objetivo principal de fortalecer o vínculo entre acolhidos e acolhedores.

De acordo com o Caderno do Educador, desenvolvido pela Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA), todos os adultos dentro da instituição de acolhimento são considerados educadores e todos são responsáveis pelo acolhimento e cuidado às crianças e adolescentes institucionalizadas, porém o destaque maior fica a cargo das cuidadoras que estão diretamente responsáveis pelo cuidado e educação diária da criança e do adolescente. Assim, para o desempenho deste importante trabalho, o profissional necessita de competências e habilidades de alta complexidade, destacando habilidades emocionais, formação, sabedoria, equilíbrio, intuição e capacidade de apoio.

Diante do exposto, acredita-se que a melhor forma de se obter este resultado seja o trabalho em equipe através do grupo reflexivo, baseado na troca de saberes e diálogos. Possibilitando, dessa forma, o acolhimento a quem acolhe, através de um ambiente onde os cuidadores tragam suas experiências, concepções e sentimentos, abrindo caminho para propostas inovadoras que venha a melhorar a instituição como um todo.

# JUSTIFICATIVA

Diante da realidade da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, que se encontram em situação de abandono, negligência, violência física e psicológica, dentre outros fatores, fica claro a necessidade desse projeto dentro da Instituição, visto que, a preservação e o fortalecimento de vínculo são necessários e fundamentais para um desenvolvimento saudável, para que favoreça a formação da sua identidade e da sua constituição como cidadão e sujeito de direito. Portanto, a criação de um grupo reflexivo com os educadores/cuidadores das crianças e adolescentes institucionalizados se faz urgente, onde serão realizadas reuniões, palestras, rodas de conversa, para que sejam transmitdas as informações as quais não possuem conhecimento ou em alguns casos que precisam ser relembradas. O projeto é de extrema importância para a instituição uma vez que esta acolhe crianças que tiveram seus direitos violados, e trabalhar com os educadores/cuidadores neste momento é muito importante, pois proporcionaria as mesmas um novo olhar quanto ao cuidado, à preservação do bem-estar de cada um deles, incluindo aqui tanto o cuidado com os acolhidos como aos acolhedores. É fundamental que seja estimulado um olhar atento a proporcionar um ambiente confiável e disponível, que promova desenvolvimento da auto-estima e da autonomia da criança e adolescente e um ambiente de troca e relações afetivas saudáveis, ressaltando a importância da educação para o desenvolvimento do ser humano..

# 4 OBJETIVOS

**4.1 Objetivo geral**

Propor espaço de intervenção ampliando possibilidades de reflexão ao grupo cuidador/educador.

# 4.2 Objetivos específicos

* Proporcionar a reflexão sobre a importância do serviço de acolhimento;
* Discutir o papel do educador segundo o Caderno do Educador;
* Promover um espaço de escuta compartilhada, através de troca de experiências;
* Promover alternativas para um comportamento assertivo diante do acolhimento da criança e do adolescente institucionalizada;

# 5 REVISÃO DE LITERATURA

**5.1 O acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil**

De acordo com Medeiros e Martins (2018), historicamente, existiram várias instituições no Brasil que assumiram a função de cuidar e manter crianças e adolescentes que não tinham família ou não puderam permanecer, por diversos fatores, com seus

responsáveis. Inicialmente, a proteção das crianças “desvalidas” era revestida de um sentimento religioso de compaixão e caridade, aplicando-se uma prática assistencialista nas instituições destinadas ao cuidado desses sujeitos. Com isso, difundindo-se, no Brasil, a prática de se criar filhos alheios que perdura até hoje no âmbito privado e das instituições religiosas.

Segundo Medeiros e Martins (2018), à medida que o paradigma da proteção integral passa a ser adotado advém não ser mais suficiente apenas a caridade e a compaixão do outro para acolher crianças e adolescentes, tampouco a explicação higienista para internação compulsória de crianças e adolescentes pobres. Estabelece-se, por sua vez, um conjunto de critérios e disposições para que as instituições de acolhimento não firam princípios de garantia de direitos aos mesmos.

Acerca das políticas sociais de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, Perez e Passone (2010) resumem esse percurso histórico, que pode muito bem representar o percurso das políticas de acolhimento:

A instituição da noção de direitos da infância e da adolescência, inicialmente inexistente e relegada ao trato do mundo do privilégio privado e religioso, posteriormente, incorporada por um Estado autoritário e monopolizador, que excluía qualquer forma de interlocução com a incipiente sociedade de então tem, paradoxalmente, representado há mais de dezoito anos uma pauta política e social que vem balizando o aprofundamento democrático das relações Estado-sociedade em torno da questão (p. 651).

Para citar uma intersecção mais recente, temos, enquanto resultado do cumprimento de uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Assim, conforme o PNCFC , em havendo a necessidade de afastamento da criança ou adolescente de sua família de origem com fins de proteção de sua integridade física e psicológica, os serviços de acolhimento a eles oferecidos devem lhes possibilitar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, bem como os cuidados que forem necessários para isso. Essa medida protetiva deve se pautar pelos princípios da provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento, de forma que o sujeito acolhido deve permanecer o mínimo de tempo possível na instituição, enquanto se viabiliza a reintegração à família de origem ou, não sendo possível, o encaminhamento para família substituta (Medeiros e Martins, 2018).

Segundo o mesmo autor, os princípios estruturantes dos serviços de acolhimento também aparecem sistematizados e elencados em documentos mais recentes. Mesmo já tendo sido problematizados nos textos do ECA e do PNCFC, esses princípios são apresentados de forma sistemática nas Orientações Técnicas a saber: excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião; respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (Medeiros e Martins, 2018).

De acordo com Medeiros e Martins (2018), apenas os abrigos institucionais e as casas-lares possuem funcionários específicos para prover os cuidados básicos aos sujeitos acolhidos, quais sejam os cuidadores e os auxiliares, além da coordenação e equipe técnica. Nas instituições que funcionam na modalidade casa-lar, por se constituírem residências com até dez sujeitos acolhidos, quando há mais de uma casa, há, pelo menos, um cuidador por casa-lar, mas apenas uma equipe técnica comum a todas.

Para ambas as modalidades de acolhimento, há diretrizes para que o trabalho realizado pela equipe e pelos cuidadores – que devem ser devidamente qualificados para isso – possa contribuir para redução das violações de direitos dos sujeitos acolhidos e de suas famílias, com inclusão dos mesmos em serviços da Assistência Social e, consequentemente, acesso a oportunidades que lhes possibilitem construção de autonomia e rompimento de ciclos de violência. Em ambos os casos, fica estabelecido que cada profissional será responsável por até dez crianças e adolescentes acolhidos, com atividades voltadas à prestação de auxílio e apoio às crianças e adolescentes, organização do ambiente e acompanhamento nos serviços do cotidiano (Medeiros e Martins, 2018).

Como vemos, a atuação dos cuidadores residentes nas casas-lares se organiza em torno de ações que têm como ponto de partida um cuidar tangenciado com conhecimento da sua função e com os aspectos afetivos implicados nas relações, especialmente vislumbrada nas atividades que implicam relações personalizadas e individualizadas com cada sujeito acolhido.

# 5.2 Educadores Sociais e a capacitação

Segundo Barros e Naiff (2015), considerando como meta do trabalho dos abrigos a reintegração familiar, assinalou que os educadores devem também se apropriar do ECA (Lei Federal 8.069/90 de 13 de julho) no que tange a excepcionalidade e provisoriedade da atuação do abrigo na vida da criança para direcionar sua prática. Nesse caminho, não podem negligência o que a autora denominou de “ações impostergáveis”, como respeitar a individualidade de crianças e adolescentes e apoiá-los quando necessário no decorrer do seu desenvolvimento integral. Gulassa (2010), argumenta que o afeto do educador deve se dar de forma que promova a autonomia da criança e do adolescente e não alimentar uma dependência. A autora destaca, ainda, uma discussão muito comum nos abrigos, que é comparar os seus cuidados com os serviços ofertados pelas famílias. O abrigo e seus profissionais não devem jamais pretender competir com a família, seu objetivo é preservar os direitos das crianças e adolescentes entendendo que esses precisarão de um ambiente familiar e comunitário para seu pleno desenvolvimento. Esses aspectos só realçam a importância dos cuidados com o educador social, pois o lugar do abrigo costuma ser um lugar de solidão, como assinalou Gulassa (2010). Nesse sentido, a autora advoga pela importância da capacitação como lócus de acolhimento de demandas dos educadores e, além disso, na contrapartida dessa situação, a instituição precisa sair dessa posição atuando em Rede.

Conforme Barros e Naiff (2015), as observações apontam para a crescente importância que o tema capacitação passou a ter para os trabalhadores de abrigo, na medida que, a atuação tem ficado cada vez mais técnica e o aumento da importância de “cuidar do cuidador”, ou seja, de se aprimorar os níveis de atenção a esse profissional que lida com questões tão complexas e delicadas. Um dos conceitos que encontramos na literatura e pode ajudar a entender a capacitação e pela qual optamos é a perspectiva apresentada por Fernandes (2002), que propõe pensar a capacitação dos profissionais dos abrigos como grupo de reflexão , formação e desenvolvimento, como é visto na área da psicologia. Compreende-se, segundo a autora, três categorias: formação, onde são oferecidas condições mínimas para o cargo; aperfeiçoamento, que visa a melhora na realização da função exercida; e desenvolvimento, para trabalhar potencialidades e assumir cargos no futuro. Reforçando, ainda, que todos os processos de aprendizagem visam mudanças de comportamento. Já Petrus (2003), referindo-se especificamente aos educadores sociais, considerou que esses profissionais devem participar continuamente de formação que considerem, a princípio, duas aprendizagens: uma voltada para a melhoria das habilidades do próprio educador e a segunda, à condição do educador auxiliar na melhora das habilidades a partir da interação com outro.

Diante de toda essa premente necessidade por capacitar educadores e ao mesmo tempo uma falta de critérios e avaliação de demandas é que percebemos a importância do presente estudo. Essa é uma temática privilegiada para se identificar as representações sociais circulantes entre os educadores sociais de abrigo de crianças e adolescentes, já que encontramos sua emergência no grupo a ser pesquisado enquanto um objeto de produção de representações sociais.

**6 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na elaboração deste projeto de intervenção foi sistematizada em três eixos: identificação da demanda, diagnóstico e elaboração do projeto de intervenção.

A fase da identificação da demanda se deu em visitas ao Abrigo S.N., para realização de observação e entrevistas com as cuidadoras e parte técnica, quando se percebeu a problemática que envolvia toda a equipe em relação à falta de conhecimento em relação a função que cada uma exerce dentro da instituição. Durante uma das visitas ao local, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião entre a Assistente Social, a Psicologa da instituição e uma das equipes de cuidadoras, o objetivo desta reunião era falar do papel do educador, durante a observação foi possível notar que além das cuidadoras não serem capacitadas para o desempenho de suas funções, apresentam total desconhecimento em relação ao seu papel e função junto às crianças e adolescentes da instituição.

Como resultado das entrevistas feitas com as cuidadoras foi percebido a carga emocional inerente ao trabalho dentro de um abrigo, que abarca histórias tristes de violação de direitos e o trabalho com crianças e adolescentes que carregam em suas histórias tanta dor e sofrimento, acabam por afetar o emocional das cuidadoras. Ficou claro também que além das emoções que acabam por desestabilizar as cuidadoras, as mesmas trazem seus problemas vividos fora da instituição para a convivência com as crianças. Partindo do entendimento de que o projeto de intervenção deve ser voltado para as causas do problema, identificou-se ali uma oportunidade de intervenção.

O diagnóstico preliminar é a fase em que se faz o estudo da problemática em questão e foi desenvolvido com base em referencial teórico e revisão de literatura e troca de ideias em relação as percepções de cada estagiaria em relação ao que foi observado e revelado durante as visitas e entrevistas com o objetivo de identificar o problema para a busca de solução. Para este diagnóstico, além de utilizar artigos com base em revisão de literatura, buscamos focar no material produzido pelo NECA – Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente por ser um material já conhecido e utilizado pela instituição.

Posteriormente foi feito o diagnóstico, onde se buscou aprofundar o diagnóstico preliminar a partir da observação e entrevistas realizadas dentro da instituição. Esse diagnóstico teve como principal instrumento as entrevistas e observações. As entrevistas foram realizadas com funcionárias do abrigo, entre elas diretora, psicóloga, assistente social e cuidadoras. As entrevistas foram feitas de forma livre, sendo no primeiro momento sem um foco principal, pois se buscava conhecer a subjetividade de cada um dos atores envolvidos bem como do funcionamento da instituição, desta forma foi estimulado a fala das entrevistadas, dando a elas a liberdade de falar aquilo que achava mais importante, levando em conta a vivência institucional, profissional e também pessoal.

Com base na identificação da oportunidade da proposta de intervenção e nos dados coletados, partiu-se para a fase de elaboração do projeto de intervenção.

# 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Diuvani Tomazoni; VIEIRA, Mauro Luís. **Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo.** Psicologia em estudo, v. 9, p. 207-217, 2004.

BOWLBY. J. Apego e Perda. 2 ed. Trad. A.Cabral, São Paulo: Martins Fontes, 1973/1990. Brasil. Lei 8.069 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

Caderno do Educador, NECA – Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente.

FERNANDES, Beatriz Silverio. **Como trabalho com grupo de reflexão**. Revista da SPAGESP, v. 1, n. 1, p. 77-82, 2000.

GUARÁ, I. M. F. R. **Abrigo–comunidade de acolhida e socioeducação.** **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**, v. 2, p. 59-72, 2010.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; DA SILVA, Tatiane Viana. **Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-100, 2014.

MARIA DA SILVA PEIXOTO, MIKAELE. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:(in) efetividade das medidas socioeducativas no direito brasileiro.** 2022.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.**Cadernos de pesquisa, v. 40, p. 649-673, 2010.

Petrus A. (2003). **Novos âmbitos em Educação Social. In M. Romans**, A. Petrus, & J. Trilla (Orgs.). Profissão Educador Social. (pp. 115-200). Porto Alegre. Artmed.

YANES LUQUE, A.; MARZOL JAÉN, Mª V. **Los temporales marinos como episodios de riesgo en Tenerife a través de la prensa (1985-2003).** Revista de la Sociedad Geológica de España, v. 22, n. 1-2, p. 95-104, 2009.